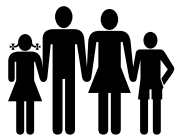


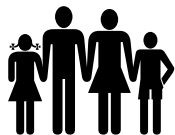
25/09/2026 - Comitê de Investimentos

Ata da Reunião do Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às dez horas, na sala de reuniões da sede do IPMU, onde compareceram os membros: Fernando Augusto Matsumoto, Flavio Bellard Gomes, Lucas Gustavo Ferreira Castanho, Marcelo da Cruz Lima e Sirleide da Silva. Registrou-se também a presença do Gestor de Recursos Wellington Diniz, do Diretor Administrativo Antonio Marques de Oliveira. **PROCESSO IPMU/019/2026 - RELATÓRIO DE DILIGÊNCIA E VERIFICAÇÃO DE LASTRO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS - 1º SEMESTRE DE 2026.** Iniciando a pauta da reunião, os membros do Comitê de Investimentos do IPMU procederam à apresentação, análise e discussão do Relatório de Diligência e Verificação de Lastro da Carteira de Investimentos, referente ao primeiro semestre de 2026, integrante do Processo Administrativo IPMU/019/2026. Durante a apreciação da matéria, foi destacado que o Relatório de Diligência e Verificação de Lastro constitui importante instrumento técnico de governança, controle e gestão de riscos, destinado a avaliar a composição dos fundos de investimento que integram a carteira previdenciária, mediante a identificação e o acompanhamento dos ativos financeiros que compõem seus patrimônios. O procedimento tem como finalidade proporcionar maior transparência e segurança à gestão dos recursos previdenciários, permitindo identificar a natureza dos ativos, os riscos de crédito e de mercado, os níveis de concentração, as condições de liquidez e a compatibilidade dos investimentos com as disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025, da Portaria MTP nº 1.467/2022 e da Política de Anual de Investimentos do IPMU para o exercício de 2026. Foi ressaltado que a análise dos ativos subjacentes aos fundos, conhecida como verificação de lastro, possibilita uma avaliação mais abrangente dos riscos efetivamente assumidos pelo Instituto, não se limitando à classificação ou à denominação dos produtos financeiros. Essa verificação contribui para a identificação de eventuais exposições relevantes a determinados emissores, setores econômicos, modalidades de ativos e fatores de risco, permitindo a adoção preventiva de medidas de acompanhamento e mitigação. Os membros destacaram, ainda, que a realização periódica dessa diligência fortalece os mecanismos de controle interno, a rastreabilidade das informações, a transparência das decisões e a observância das boas práticas de governança estabelecidas pelo Programa Pró-Gestão RPPS, no qual o IPMU possui certificação institucional Nível III. Após análise e discussão, os membros do Comitê de Investimentos reconheceram a relevância do Relatório de Diligência e Verificação de Lastro como instrumento permanente de acompanhamento e aperfeiçoamento da gestão dos investimentos, considerando que suas informações contribuem diretamente para a identificação antecipada de riscos, a avaliação da qualidade dos ativos e o aprimoramento das decisões relacionadas à manutenção, à realocação e à diversificação dos recursos previdenciários. Como conclusão, o Comitê deliberou pela continuidade do acompanhamento periódico da composição dos fundos de investimento, com especial atenção aos ativos de crédito privado, às concentrações por emissor, aos riscos de liquidez e às eventuais situações de desenquadramento, recomendando que os resultados das diligências sejam considerados nas futuras análises e decisões de investimento. **PROCESSO IPMU/019/2026 - ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO.** Na sequência da reunião, os membros do Comitê de Investimentos procederam análise e discussão dos relatórios técnicos referentes a 21 fundos de investimento, abrangendo diferentes estratégias de renda fixa, títulos públicos, crédito privado, renda variável e exposição ao mercado internacional. As análises tiveram como objetivo avaliar as características dos produtos financeiros, suas estratégias de gestão, os indicadores de desempenho, os riscos associados, as condições de liquidez e a compatibilidade com o perfil conservador e com as diretrizes estabelecidas na Política Anual de Investimentos do IPMU para o exercício de 2026. Durante as discussões, foi ressaltado que a avaliação dos fundos deve considerar não apenas os resultados históricos de rentabilidade, mas também as perspectivas econômicas, a qualidade dos ativos, a volatilidade, os custos de administração, os riscos de mercado e de crédito e a adequação das estratégias aos compromissos previdenciários do Instituto. **Fundos de Investimento -**

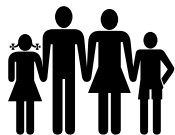


Itaú. Foram analisados quatro fundos de investimento vinculados ao Itaú, contemplando estratégias de renda fixa, títulos públicos, crédito privado e gestão institucional. Os membros destacaram a importância de acompanhar as diferenças entre as estratégias dos fundos, especialmente quanto à liquidez, à qualidade dos ativos e à exposição ao crédito privado, considerando a necessidade de preservar a segurança dos recursos previdenciários. I- Itaú Soberano Renda Fixa Simples FICFI: avaliação da estratégia de investimento em ativos de renda fixa, com atenção à segurança, à liquidez, ao risco de crédito e à compatibilidade com o perfil conservador da carteira previdenciária. II- Itaú High Grade Renda Fixa Crédito Privado FI: análise da exposição a ativos de crédito privado, considerando a qualidade dos emissores, a diversificação da carteira, os riscos de inadimplência, a liquidez e a remuneração oferecida em relação aos riscos assumidos. III- Itaú Institucional Legend FIC Renda Fixa LP: avaliação da estratégia de gestão de renda fixa de longo prazo, observando a composição dos ativos, a sensibilidade às oscilações das taxas de juros, a volatilidade e o desempenho em diferentes cenários econômicos. IV- Itaú Institucional Renda Fixa Referenciado DI FIF RL: análise da estratégia referenciada ao CDI, considerando liquidez, rentabilidade em relação ao indicador de referência, composição da carteira e eventuais exposições a riscos de crédito e mercado.

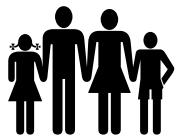
Fundos de Investimento - BTG Pactual. Foram analisados dois fundos de investimento com estratégias distintas, contemplando renda variável e renda fixa. Durante as discussões, os membros ressaltaram que os investimentos em renda variável exigem acompanhamento mais frequente, especialmente em períodos de instabilidade econômica e política, enquanto as estratégias vinculadas à taxa Selic podem representar alternativas de menor volatilidade para a gestão dos recursos previdenciários, observadas as características específicas de cada produto. I- BTG Pactual Synergy Long Only FIA: avaliação da estratégia de investimento em ações, considerando a exposição ao mercado acionário brasileiro, a volatilidade, os riscos decorrentes das oscilações dos preços dos ativos e o potencial de valorização no médio e longo prazo. II- BTG Tesouro Selic Simples Institucional FIRF: análise de fundo de renda fixa com estratégia vinculada a títulos públicos federais e à taxa Selic, observando a segurança dos ativos, a liquidez, a rentabilidade e a compatibilidade com as necessidades financeiras do Instituto. **Fundos de Investimento - Bradesco.** Foram analisados seis fundos de investimento, abrangendo estratégias de renda fixa, títulos públicos prefixados, ativos indexados à inflação e fundos com horizontes de vencimento definidos. Os membros ressaltaram a necessidade de acompanhamento dos fundos indexados à inflação e dos títulos prefixados, considerando que alterações nas expectativas de juros, inflação e política fiscal podem provocar oscilações relevantes nas cotas, especialmente em períodos de maior volatilidade do mercado financeiro. I- Bradesco Paranoá Renda Fixa RL: análise da estratégia de renda fixa, da composição dos ativos, dos indicadores de rentabilidade, da liquidez e dos riscos relacionados às condições de mercado. II- Bradesco Premium DI: avaliação da estratégia referenciada ao CDI, considerando o desempenho em relação ao indicador de referência, a liquidez, a volatilidade e os custos de administração. III- Bradesco Institucional IMA-B 5: análise da exposição a títulos públicos indexados à inflação, considerando a sensibilidade às oscilações das taxas de juros reais, os efeitos da marcação a mercado e a volatilidade decorrente das mudanças nas expectativas econômicas. IV- Bradesco IRF-M 1 Títulos Públicos: avaliação da estratégia vinculada a títulos públicos prefixados de menor prazo, observando a sensibilidade às alterações das taxas de juros, o comportamento do mercado e os riscos de marcação a mercado. V- Bradesco Vértice 2027 FIF Classe Investimento RF RL: análise da estratégia de investimento com horizonte associado ao exercício de 2027, considerando as condições de liquidez, a rentabilidade esperada, os riscos de mercado e a compatibilidade com o planejamento financeiro e atuarial do Instituto. VI- Bradesco Vértice 2030 FIF Classe Investimento RF RL: avaliação da estratégia de investimento com horizonte associado ao exercício de 2030, observando o prazo de maturação, a sensibilidade às taxas de juros, as condições de liquidez e a adequação aos compromissos previdenciários de médio e longo prazo. **Fundos de Investimento - Banco do Brasil.** Foram analisados quatro fundos de investimento, contemplando estratégias de renda fixa



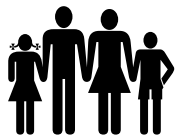
referenciada, crédito privado e gestão ativa. Durante a discussão, os membros destacaram a importância de acompanhar os fundos com estratégias de gestão ativa, considerando que alterações nas condições macroeconômicas podem influenciar as decisões dos gestores, a composição das carteiras e os resultados dos investimentos. I- BB RF Referenciado DI Títulos Públicos FIF LP: avaliação da estratégia referenciada ao CDI, com atenção à liquidez, à rentabilidade e à exposição a títulos públicos federais. II- BB RF Corporate Bancos Crédito Privado LP FIC FI RL: análise da exposição ao crédito privado, considerando a qualidade dos emissores, a concentração dos ativos, os riscos de crédito, a liquidez e a diversificação da carteira. III- BB RF Alocação Ativa Retorno Total FIC FIF RL: avaliação da estratégia de gestão ativa, considerando a flexibilidade de alocação, os riscos assumidos, a volatilidade e o desempenho em diferentes cenários econômicos. IV- BB RF Ativa Plus LP FIC FIF RL: análise da estratégia de renda fixa de longo prazo, observando a composição dos ativos, a sensibilidade às oscilações das taxas de juros, a rentabilidade e a aderência às diretrizes da Política de Investimentos. **Fundos de Investimento - Sicredi.** Foram analisados cinco fundos de investimento, abrangendo estratégias de renda fixa, renda variável, investimentos sustentáveis e exposição ao mercado internacional. Os membros ressaltaram que os fundos de renda variável e com exposição internacional exigem acompanhamento específico, em razão da maior sensibilidade às oscilações dos mercados financeiros, às decisões de política monetária e às alterações nas expectativas dos investidores. I- Sicredi Liquidez Empresarial FI Renda Fixa Referenciado DI: avaliação da estratégia referenciada ao CDI, considerando a liquidez, a estabilidade dos resultados e a adequação à gestão das disponibilidades financeiras. II- Sicredi CDI FIC Renda Fixa LP: análise da estratégia de renda fixa, observando a rentabilidade em relação ao CDI, a liquidez, a volatilidade e a compatibilidade com os objetivos previdenciários. III- Sicredi Sustentáveis ESG IS RL FIC FI Ações: avaliação da estratégia de investimento em ações com critérios ambientais, sociais e de governança - ESG, considerando a exposição à renda variável, a volatilidade e os riscos associados ao mercado acionário. IV- Sicredi Ibovespa RL FIF Ações: análise da estratégia vinculada ao mercado acionário brasileiro, considerando a exposição ao Ibovespa, a volatilidade, os riscos de mercado e o comportamento dos principais setores da economia. V- Sicredi Bolsa Americana FI Multimercado LP: avaliação da estratégia relacionada ao mercado acionário norte-americano, considerando a exposição internacional, os riscos de mercado, os possíveis efeitos cambiais e a influência das condições econômicas globais. Durante a análise dos fundos de investimento, os membros do Comitê destacaram a necessidade de considerar a conjuntura macroeconômica nacional e internacional, especialmente diante das incertezas relacionadas à trajetória das taxas de juros, ao comportamento da inflação, à política fiscal, às expectativas de crescimento econômico e às decisões de política monetária. No cenário internacional, foram ressaltados os possíveis impactos das decisões dos principais bancos centrais, especialmente do Federal Reserve, sobre os fluxos internacionais de capitais, as taxas de câmbio, os mercados acionários e os preços dos ativos financeiros. No âmbito nacional, mereceu especial atenção o processo eleitoral brasileiro de 2026, particularmente a disputa pela Presidência da República, considerando que a proximidade das eleições, as pesquisas de intenção de voto, as propostas econômicas dos candidatos e as expectativas relacionadas à condução futura das políticas fiscal e monetária podem influenciar o comportamento dos investidores e aumentar a volatilidade dos mercados. Os membros observaram que o período eleitoral tende a ampliar a sensibilidade dos preços dos ativos às notícias políticas e econômicas, podendo provocar oscilações nas taxas de juros futuras, nos títulos públicos federais, no mercado acionário e na taxa de câmbio. Nesse contexto, foi ressaltado que os fundos de investimento com exposição a títulos prefixados, títulos indexados à inflação, renda variável e ativos internacionais podem apresentar maior sensibilidade às alterações nas expectativas de mercado. O Comitê destacou que a volatilidade observada ou potencialmente associada ao processo eleitoral não deve, isoladamente, determinar decisões precipitadas de resgate ou realocação, sendo necessária avaliação técnica dos fundamentos econômicos, das características dos investimentos e da compatibilidade das estratégias com os objetivos previdenciários. Também foi



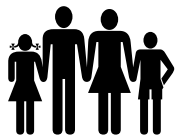
ressaltada a importância de manter postura prudente, evitando movimentações motivadas exclusivamente por oscilações de curto prazo, especialmente em investimentos estruturados para horizontes de médio e longo prazo. Após a apresentação dos relatórios técnicos, a análise individualizada dos fundos e as discussões relacionadas ao cenário macroeconômico, os membros do Comitê de Investimentos deliberaram pela continuidade do acompanhamento sistemático dos fundos analisados nos próximos meses, com especial atenção ao período eleitoral de 2026 e aos seus possíveis reflexos sobre o mercado financeiro. A deliberação fundamentou-se na necessidade de preservar a segurança dos recursos previdenciários, acompanhar as condições de risco e rentabilidade dos investimentos e assegurar que eventuais decisões de manutenção, aplicação, resgate ou realocação sejam precedidas de avaliação técnica devidamente fundamentada. Nesse sentido, ficou estabelecido que o acompanhamento deverá contemplar: I- Desempenho e rentabilidade: avaliação periódica dos resultados dos fundos, considerando os respectivos indicadores de referência, a meta atuarial e o comportamento dos investimentos em diferentes condições de mercado. II- Riscos de mercado e volatilidade: monitoramento das oscilações dos preços dos ativos, especialmente nos fundos expostos a títulos prefixados, títulos indexados à inflação, renda variável e mercados internacionais. III- Riscos de crédito e concentração: acompanhamento da qualidade dos emissores, da composição das carteiras, das exposições relevantes e de eventuais alterações nos riscos associados aos ativos financeiros. IV- Liquidez e disponibilidade financeira: avaliação das condições de resgate, dos prazos de conversão de cotas e da compatibilidade dos investimentos com as necessidades de pagamento dos benefícios previdenciários. V- Cenário macroeconômico: acompanhamento das expectativas de inflação, da trajetória da taxa Selic, das taxas de juros futuras, da política fiscal, do câmbio e dos principais indicadores econômicos nacionais e internacionais. VI- Cenário político e eleitoral: monitoramento dos possíveis impactos do processo eleitoral presidencial de 2026 sobre as expectativas dos agentes econômicos, os fluxos de investimentos, a volatilidade dos mercados e a precificação dos ativos financeiros. VII- Enquadramento e conformidade: verificação permanente da aderência dos investimentos à Resolução CMN nº 5.272/2025, à Portaria MTP nº 1.467/2022 e à Política de Investimentos do IPMU. VIII- Estratégia de alocação: avaliação da conveniência e oportunidade de eventuais ajustes na carteira, considerando os estudos técnicos disponíveis, o perfil conservador do Instituto e as diretrizes do Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos – ALM. Como encaminhamento, os membros deliberaram que os fundos analisados permanecerão sob acompanhamento técnico nas próximas reuniões do Comitê, sendo eventuais propostas de aplicação, resgate ou realocação submetidas à análise específica, com a devida fundamentação quanto aos riscos, à rentabilidade, à liquidez e ao enquadramento regulamentar. Ressaltou-se que a análise dos produtos financeiros não representa, por si só, recomendação ou autorização automática para novas aplicações, devendo qualquer operação observar os procedimentos administrativos, os critérios de credenciamento e as exigências regulamentares aplicáveis. Ao final das discussões, os membros do Comitê de Investimentos reafirmaram a importância da realização periódica de análises técnicas, da verificação dos ativos que compõem os fundos e do acompanhamento permanente das condições econômicas e financeiras que possam influenciar o desempenho da carteira previdenciária. **ANÁLISE MACROECONÔMICA E DE MERCADO - AGOSTO DE 2026.** Dando continuidade à pauta da reunião, os membros do Comitê de Investimentos do IPMU procederam a análise e discussão do cenário macroeconômico nacional e internacional referente ao mês de agosto de 2026, com o objetivo de avaliar os principais acontecimentos econômicos e financeiros e seus possíveis reflexos sobre o desempenho, os riscos e as perspectivas da carteira de investimentos do Instituto. A análise contemplou os indicadores de atividade econômica, inflação, mercado de trabalho, política monetária e fiscal, comportamento dos mercados financeiros, fluxos de capitais e riscos geopolíticos, considerando sua influência sobre as estratégias de alocação dos recursos previdenciários. Foi ressaltado que o acompanhamento da conjuntura econômica constitui instrumento essencial para subsidiar as decisões do Comitê,



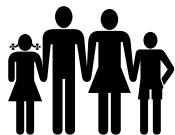
especialmente quanto à preservação patrimonial, à gestão dos riscos, à manutenção de níveis adequados de liquidez e à busca de rentabilidade compatível com a meta atuarial, observadas as diretrizes da **Política de Investimentos de 2026 e da Resolução CMN nº 5.272/2025. Relatório Financeiro referente - agosto/2026**, conforme documentos acostados nos processos: IPMU/001/2026 (Taxa de Administração_08), IPMU/006/2026 (Folha de pagamento dos apontados e pensionistas x contribuição previdenciária_08), IPMU/007/2026 (Balancete da Receita_08), IPMU/007/2026 (Balancete da Despesas_08), IPMU/007/2026 (Boletim de Caixa_08), IPMU/014/2026 (Demonstrativo Investimentos DAIR_ 08), IPMU/014/2026 (Demonstrativo Previdenciário maio/junho), IPMU/015/2026 (Compensação Previdenciária_ 08), IPMU/016/2026 (Audesp Financeiro_07), IPMU/018/2026 (APR - Autorização de Aplicação e Resgate_08), IPMU/033/2026 (Demonstrativo Previdenciário da Câmara_08), IPMU/033/2026 (Demonstrativo Previdenciário do IPMU_08), IPMU/033/2026 (Demonstrativo Previdenciário da Prefeitura_08), IPMU/111/2026 (Relatório de Investimentos_87), IPMU/111/2026 (Relatório de Carteira de Investimentos_07), IPMU/111/2026 (Relatório da Execução da Política de Investimentos_08), IPMU/003/2026 (Relatório de Risco de Mercado_08), IPMU/111/2026 (Relatório de Risco de Desenquadramento_08), IPMU/111/2026 (Relatório de Aderência aos Benchmarks_08), IPMU/003/2026 (Informativos do Mercado Financeiro_08), IPMU/111/2026 (ALM Estratégia Integrada de Ativos e Passivos). Relatórios de Riscos e Controles, processo IPMU/111/2026: análise de dispersão, Benchmarks - Janela Móvel de Volatilidade, Benchmarks - Risco x Retorno no mês e ano, Benchmarks - Volatilidade mensal e anual, Correlação, Drawdown Ativos e Segmento, Evolução do Patrimônio, Histograma Ativos e Segmento, Janela Móvel de Retorno ativo e segmento, Lâmina - Por Ativos - Janela Móvel de Retorno, Lâmina - Por Ativos - Janela Móvel de Volatilidade, Lâmina - Por Segmento, Ranking AUM e Captação, Rating, Retorno Acumulado ativos e segmento (mês e ano), Retorno x Meta Atuarial, Risco x Retorno ativo e segmento (mês e ano), SHARPE, VaR e Volatilidade no período ativos e segmento. Análise conjuntural de mercado econômico, mercado financeiro e monitoramento das variáveis macroeconômicas. Avaliação mensal de risco de mercado da carteira de Investimentos. Análise de relatório gerencial de rentabilidade dos fundos de investimentos e acompanhamento da Política Anual de Investimentos. Informações dos acontecimentos políticos e econômicos e seus impactos na carteira de investimentos do IPMU. Visão de curto, médio e longo prazo. Balancete de Receita e Despesa que contém os dados atualizados da previsão e da execução orçamentária. Relatório de Execução Orçamentária com os fluxos de caixa das receitas e despesas para avaliação da situação financeira e orçamentária dos próximos meses. IPMU/123/2025 Manual de Compras de Títulos Públicos. **Cenário Econômico Internacional.** Inicialmente, foram apresentados os principais indicadores das economias internacionais, com destaque para os Estados Unidos, a Zona do Euro e a China, além dos efeitos das tensões geopolíticas sobre os mercados financeiros. Estados Unidos: A economia norte-americana manteve sinais de resiliência, embora com moderação no ritmo de crescimento. Conforme os indicadores apresentados, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou expansão anualizada segundo trimestre. O mercado de trabalho permaneceu relativamente estável, com criação de 162 mil vagas em agosto e taxa de desemprego de 4,1%. A inflação medida pelo PCE apresentou variação anual de 3,7%, acima da meta de 2% do Federal Reserve, contribuindo para a manutenção de uma postura monetária cautelosa, com juros no intervalo de 3,50% a 3,75% ao ano. Zona do Euro: A atividade econômica apresentou crescimento moderado, com o PMI Composto em 52,0 pontos, indicando expansão. A inflação anual avançou para 3,3%, pressionada principalmente pelos preços de energia. Nesse ambiente, o Banco Central Europeu manteve postura cautelosa na condução da política monetária, diante das incertezas relacionadas à inflação e ao crescimento econômico. China: A economia chinesa apresentou sinais de melhora na atividade industrial, com avanço do PMI permanecendo no campo de expansão. O Banco Popular da China manteve suas principais taxas de referência, preservando a possibilidade de adoção de medidas adicionais de estímulo econômico. Riscos Geopolíticos: Também foram discutidas as tensões no Oriente Médio, especialmente os riscos



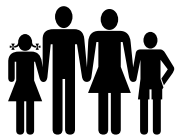
relacionados ao conflito envolvendo Estados Unidos e Irã e às restrições ao transporte de petróleo pelo Estreito de Ormuz. Os membros observaram que eventuais interrupções no fornecimento global de energia podem provocar oscilações nos preços do petróleo, pressionar a inflação internacional e influenciar as decisões dos principais bancos centrais. Após as discussões, os membros destacaram que a conjuntura internacional permanece marcada por incertezas quanto à trajetória dos juros, à inflação e aos riscos geopolíticos, fatores que podem afetar os fluxos internacionais de capitais, as taxas de câmbio, os mercados acionários e os preços dos títulos públicos. **Cenário Econômico Nacional.** Na sequência, foi apresentado o panorama da economia brasileira referente ao mês. Atividade Econômica: O Produto Interno Bruto brasileiro apresentou crescimento de 0,5% no segundo trimestre, após expansão de 1,1% no trimestre anterior, indicando moderação da atividade econômica. Os indicadores antecedentes também demonstraram perda de dinamismo, com retração da atividade industrial e recuperação moderada do setor de serviços. Mercado de Trabalho: Apesar da desaceleração econômica, o mercado de trabalho permaneceu resiliente, com taxa de desocupação de 5,3% e população ocupada de aproximadamente 103,3 milhões de pessoas. Em contrapartida, a confiança do consumidor apresentou deterioração, refletindo preocupações com o endividamento das famílias, a inadimplência e as condições restritivas de crédito. Inflação e Política Monetária: O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) registrou deflação de 0,32% em agosto, acumulando alta de 4,22% em 12 meses. Nesse contexto, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic para 14,00% ao ano, mantendo, contudo, uma política monetária restritiva, diante das expectativas inflacionárias ainda superiores ao centro da meta. Os membros ressaltaram que a trajetória da taxa Selic exerce influência direta sobre a rentabilidade dos fundos de renda fixa, especialmente aqueles referenciados ao CDI, bem como sobre a precificação dos títulos públicos prefixados e indexados à inflação. Situação Fiscal: No âmbito das contas públicas, foi destacado que, apesar da melhora do resultado primário em julho, a Dívida Bruta do Governo Geral alcançou 82,5% do PIB, mantendo a sustentabilidade fiscal como importante fator de atenção. Os membros observaram que a evolução do endividamento público e as expectativas relacionadas à política fiscal podem influenciar as taxas de juros futuras e a volatilidade dos títulos públicos federais. Fluxo de Capitais e Mercado Financeiro: O Investimento Direto no País permaneceu positivo, com ingressos líquidos de US\$ 7,5 bilhões em julho e US\$ 88,4 bilhões acumulados em 12 meses. Entretanto, o mercado acionário brasileiro registrou saída expressiva de capital estrangeiro em agosto, estimada em R\$ 18,12 bilhões, contribuindo para a queda de 0,33% do Ibovespa. No mercado cambial, o dólar apresentou valorização aproximada de 2,22% no mês, encerrando próximo de R\$ 5,18, refletindo a influência dos fluxos de capitais, das incertezas domésticas e das condições econômicas internacionais. Cenário Político e Eleitoral – Eleições Presidenciais de 2026. Durante as discussões, os membros do Comitê atribuíram especial atenção ao cenário político brasileiro e às eleições presidenciais de 2026, considerando seus possíveis efeitos sobre o comportamento dos mercados financeiros. Foi destacado que a proximidade do processo eleitoral, associada às expectativas quanto à futura condução das políticas fiscal, econômica e monetária, pode ampliar a volatilidade dos ativos financeiros, especialmente diante da divulgação de pesquisas eleitorais, propostas econômicas e mudanças nas expectativas dos agentes de mercado. Os membros observaram que esse ambiente de incerteza pode influenciar diretamente as taxas de juros futuras, o comportamento do mercado acionário, os fluxos de capital estrangeiro e a taxa de câmbio, com reflexos sobre os fundos de investimento integrantes da carteira previdenciária. Nesse contexto, foi ressaltada a importância de evitar decisões de investimento fundamentadas exclusivamente em movimentos conjunturais ou oscilações de curto prazo, priorizando análises técnicas, acompanhamento dos riscos e estratégias compatíveis com o perfil conservador do IPMU. Reflexos do Cenário Macroeconômico sobre a Carteira de Investimentos do IPMU. Após a apresentação dos indicadores econômicos, os membros discutiram os possíveis impactos da conjuntura nacional e internacional sobre os investimentos do Instituto. Foi destacado que a manutenção de taxas de juros elevadas continua favorecendo, em termos nominais,



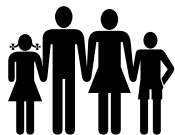
os investimentos de renda fixa vinculados à taxa Selic e ao CDI, que representam parcela relevante da estratégia conservadora adotada pelo IPMU. Por outro lado, os fundos compostos por títulos públicos prefixados e indexados à inflação permanecem sujeitos às oscilações das taxas de juros de mercado, exigindo acompanhamento dos efeitos da marcação a mercado, especialmente diante das incertezas fiscais e eleitorais. Em relação aos investimentos em renda variável e no exterior, os membros ressaltaram a necessidade de atenção à volatilidade dos mercados acionários, aos fluxos internacionais de capitais e às oscilações cambiais. Também foi destacada a importância de avaliar continuamente a compatibilidade entre a composição da carteira, as necessidades de liquidez, os compromissos previdenciários e as diretrizes estabelecidas no Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos – ALM. **Resultado Financeiro.** Na continuidade, foram apresentados os resultados financeiros referentes ao mês de agosto de 2026 e ao período acumulado de janeiro a agosto. A arrecadação orçamentária do mês alcançou R\$ 28.116.462,86 (R\$ 80.288.458,03 no ano), enquanto as despesas liquidadas e pagas totalizaram R\$ 5.763.1,93 (R\$ 48.822.638,61 no ano). O repasse da Unidade Gestora Única foi de R\$ 171.580,67 (R\$ 1.575.149,06 no ano). No acumulado do exercício, superávit financeiro acumulado de R\$ 33.040.968,48 no consolidado e R\$ 31.465.819,42 considerando as receitas orçamentárias. Os resultados demonstraram saldo positivo entre receitas e despesas, evidenciando a importância da manutenção de recursos suficientes para o pagamento regular dos benefícios previdenciários. Foi destacado que as principais fontes de arrecadação são as contribuições previdenciárias, os rendimentos das aplicações financeiras e os recursos provenientes da compensação previdenciária. Também foi apresentada a composição das despesas, demonstrando os pagamentos relacionados aos benefícios de aposentadoria e pensão, e às despesas administrativas. Foi apresentado o desempenho da arrecadação decorrente da compensação previdenciária, destacando sua relevância para o equilíbrio financeiro do regime próprio. A apresentação registrou arrecadação acumulada de R\$ 11.969.299,38, superando a previsão orçamentária anual de R\$ 2,205 milhões. O resultado foi considerado relevante para o fortalecimento das receitas previdenciárias, contribuindo para a manutenção da capacidade financeira do Instituto. Os membros destacaram a importância do acompanhamento sistemático dos requerimentos e recebimentos de compensação previdenciária, considerando os reflexos desses recursos sobre o fluxo de caixa e a necessidade de financiamento dos benefícios. O Comitê ressaltou que o acompanhamento do fluxo financeiro constitui instrumento fundamental para o planejamento das aplicações, especialmente na definição dos recursos que podem permanecer investidos por períodos mais longos. **Carteira de Investimentos.** A Carteira de Investimentos do IPMU encontra-se estruturada em estrita observância aos limites e diretrizes estabelecidos na Política Anual de Investimentos, apresentando composição diversificada e alinhada ao perfil conservador/moderado da entidade. A estratégia de alocação tem como premissa a busca pelo equilíbrio entre risco e retorno, considerando as variáveis macroeconômicas que impactam o desempenho dos ativos, tanto no cenário nacional quanto internacional. Nesse contexto, a gestão adota abordagem técnica e dinâmica, com monitoramento contínuo dos mercados e avaliação permanente das condições econômicas. A condução da carteira é orientada por uma visão integrada de curto, médio e longo prazo, com foco na preservação do capital, na geração consistente de resultados e na aderência à meta atuarial. Tal estratégia visa assegurar a sustentabilidade do regime, garantindo os recursos necessários para o cumprimento das obrigações previdenciárias atuais e futuras, relativas aos benefícios concedidos e a conceder. No mês de referência, a carteira de investimentos do IPMU totalizou R\$ 692.741.081,39, distribuída entre seis instituições financeiras: Caixa Econômica Federal (31,83%), Banco do Brasil (23,92%), Banco Bradesco (18,90%), Itaú Unibanco (13,09%), Santander (10,42%) e BTG Pactual (1,84%). Ao final do período, os recursos encontravam-se alocados em 10 fundos de investimento (9 com liquidez e 1 com carência), com predominância de ativos de renda fixa, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CMN na Resolução nº 5.272/2025, refletindo o perfil conservador/moderado adotado pela gestão. Destaca-se a ausência de exposição a fundos



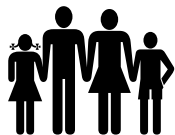
estruturados, fundos imobiliários e operações de empréstimos consignados, reforçando a estratégia de mitigação de riscos e preservação de capital. Em termos de liquidez, observa-se que 98,19% da carteira encontra-se alocada em ativos com prazo de resgate de até 30 dias, conferindo elevada capacidade de cumprimento das obrigações previdenciárias no curto prazo e flexibilidade para eventuais realocações táticas. No que se refere ao desempenho, a carteira apresentou comportamento resiliente no período, superando a meta atuarial estabelecida, resultado consistente com a estratégia de alocação adotada e com o cenário de mercado observado. **Estratégia de Alocação e Posicionamento da Carteira.** O IPMU mantém uma alocação de ativos compatível com o cenário macroeconômico vigente, priorizando instrumentos de perfil conservador, baixa volatilidade e retornos consistentes, alinhados à meta atuarial estabelecida. Destaca-se a concentração em fundos referenciados ao CDI, com alocação de 95,78% da carteira (R\$ 663.483.585,48), além da participação em fundo de vértice com vencimentos em 2027, correspondentes a 1,81% (R\$ 12.539.652,05). Essa estrutura reforça a previsibilidade dos fluxos e a aderência à estratégia de carregamento, reduzindo a exposição a oscilações de mercado. Nos demais segmentos, observa-se exposição a ativos de maior risco, com alocação de 0,53% (R\$ 3.660.169,88) em investimentos no exterior e alocação de 1,88% (R\$ 13.057.673,98) em renda variável, evidenciando o caráter predominantemente defensivo da carteira, voltado à preservação de capital e à mitigação de volatilidade. Tal posicionamento tem se mostrado eficiente na geração de resultados consistentes e aderentes à meta atuarial, mesmo em um ambiente caracterizado por maior incerteza e volatilidade nos mercados doméstico e internacional. Diante desse contexto, o entendimento do Comitê de Investimentos é pela manutenção da postura conservadora na alocação dos recursos, com ênfase em ativos de maior previsibilidade e menor risco, de modo a assegurar a estabilidade da carteira e a adequada gestão dos passivos previdenciários frente às incertezas econômicas. **Meta Atuarial e Desempenho.** No mês de referência, a carteira de investimentos do IPMU apresentou rentabilidade de 1,08%, ficando acima da meta atuarial mensal de 0,15%. No acumulado do exercício o desempenho permanece acima ao objetivo atuarial, com a carteira registrando 9,04%, frente a uma meta de 7,09%, evidenciando aderência à estratégia de curto prazo e recuperação da performance no período. O desempenho da carteira permanece alinhado aos objetivos de solvência, equilíbrio atuarial e sustentabilidade do regime, mesmo diante de oscilações pontuais no atingimento da meta mensal. A análise consolidada dos resultados obtidos no encerramento do mês demonstra que a estratégia de investimentos adotada pelo IPMU permaneceu eficiente e plenamente alinhada aos objetivos estabelecidos na Política Anual de Investimentos, proporcionando desempenho superior à meta atuarial tanto no mês quanto no acumulado do exercício. Esses resultados evidenciam a capacidade da carteira em gerar retornos compatíveis com as necessidades atuariais do IPMU, preservando o equilíbrio entre segurança, liquidez e rentabilidade. Dessa forma, conclui-se que a carteira de investimentos do IPMU manteve desempenho compatível com os objetivos institucionais e atuariais, demonstrando capacidade de geração sustentável de resultados, controle adequado dos riscos e plena aderência à Política Anual de Investimentos e à Resolução CMN nº 5.272/2025. Os resultados alcançados reforçam a consistência da estratégia adotada pelo Comitê de Investimentos e sua contribuição para a preservação do patrimônio previdenciário e para a sustentabilidade financeira de longo prazo do Instituto. **Enquadramento da Carteira.** A carteira do IPMU encontra-se devidamente enquadrada tanto nos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025 quanto nos parâmetros estabelecidos na Política Anual de Investimentos. A distribuição por enquadramento foi apresentada da seguinte forma: Artigo 7º inciso I (65,60%), Artigo 7º inciso V (31,99%), Artigo 8º inciso I (1,88%) e Artigo 9º inciso II (0,53%). A carteira segue concentrada em ativos de Renda Fixa, alocação em Investimentos no Exterior e Renda Variável. Foi observado que a exposição aos fundos de ações encontrava-se ligeiramente abaixo do percentual mínimo de 2,00% previsto na Política Anual de Investimentos. Também foi ressaltada a necessidade de acompanhamento dos fundos que apresentavam situações específicas de desenquadramento, especialmente em razão de alterações nas condições de mercado ou na composição de seus



patrimônios. Art. 18: Aplicações em cotas de um mesmo fundo não podem exceder 20% das aplicações do RPPS, exceto em fundos de títulos públicos. O fundo BB Renda Fixa Ref DI Títulos Públicos FIF – CNPJ 11.046.645/0001-81, representa 24,06% (R\$ 165.701.565,16) do saldo da carteira. Embora ligeiramente acima de 20%, sua conformidade está por ser "composto exclusivamente por títulos públicos". Os demais fundos estão dentro dos limites. Art. 19: Total das aplicações dos RPPS em um mesmo fundo deve representar, no máximo, 15% do patrimônio líquido (PL) do fundo (5% para FIDCs, FI Renda Fixa "Crédito Privado" e FI "Debêntures"), exceto para fundos de títulos públicos. Todos os fundos listados na carteira estão dentro dos limites de percentual do patrimônio líquido do fundo. Art. 20: Total das aplicações dos recursos do RPPS em fundos e carteiras administradas não pode exceder 5% do volume total de recursos de terceiros gerido por um mesmo gestor ou grupo econômico. Os percentuais de participação dos gestores como CAIXA ASSET (0,01843%) ou BB ASSET (0,00674%) indicam que os fundos estão dentro dos limites estabelecidos. Art. 21: Condições cumulativas para aplicação em cotas de fundos de investimento, incluindo autorização do Banco Central, limite de 50% dos recursos de RPPS sob administração do fundo, e credenciamento prévio do gestor e administrador. Os relatórios demonstram que a conformidade está sendo acompanhada para cada fundo. **Composição.** A carteira de investimentos está segregada entre os segmentos de renda fixa (R\$ 66.023.23,53 – 97,59% do PL), renda variável (R\$ 13.057.673,98 – 1,88% do PL) e alocação no investimento no exterior (R\$ 3.660.169,88 – 0,53% do PL). As proporções demonstram uma carteira conservadora, em linha com o cenário econômico de volatilidade e as obrigações do IPMU. A maior aplicação em fundo de investimentos no mês está concentrada no fundo BB Títulos Públicos RL FIF Renda Fixa Referenciado DI LP (R\$ 165.701.565,16 – 23,92% do PL do IPMU). Em contrapartida, a menor aplicação está alocada no fundo Santander RF TP Referenciado Premium – Taxa de Administração (R\$ 3.077.604,79 – 0,44% do PL do IPMU). **Aderência à Política de Investimentos.** A carteira de investimentos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU apresenta plena aderência à Política Anual de Investimentos, com todas as classes de ativos enquadradas dentro dos limites mínimo, alvo e máximo estabelecidos, em conformidade com as diretrizes normativas vigentes. **Resultado dos Investimentos.** No período em análise, o IPMU manteve sua carteira de investimentos integralmente enquadrada nos parâmetros de risco estabelecidos na Política Anual de Investimentos, com monitoramento contínuo e sistemático dos indicadores de risco dos fundos aplicados. Os níveis de risco observados mostraram-se compatíveis com as classes de ativos alocadas, respeitando rigorosamente os limites definidos para crédito, liquidez, concentração e volatilidade, o que evidencia a consistência da estratégia adotada e a aderência às melhores práticas de gestão previdenciária. No mês, a carteira gerou retorno financeiro positivo (R\$ 7.345.307,90), refletindo o desempenho dos ativos em um ambiente de mercado ainda desafiador. No acumulado do exercício, o resultado consolidado positivo (R\$ 57.088.216,69), demonstrando a capacidade de geração de valor da carteira, alinhada aos objetivos de rentabilidade e sustentabilidade do regime. Dessa forma, conclui-se que a gestão dos investimentos tem se mostrado eficiente, prudente e orientada ao controle de riscos, assegurando resultados consistentes e compatíveis com a estratégia definida pelo Comitê de Investimentos. **Relatório de Risco.** O IPMU adota metodologia quantitativa para monitoramento e controle dos riscos de mercado, com destaque para o Value at Risk (VaR) como principal métrica de avaliação. O acompanhamento é realizado de forma contínua, com base em parâmetros previamente definidos na Política de Investimentos, sendo efetuadas reavaliações sempre que tais limites são atingidos ou ultrapassados. Foram apresentados os indicadores de risco e retorno dos fundos integrantes da carteira, incluindo volatilidade, Value at Risk – VaR, Índice de Sharpe e rentabilidades acumuladas em diferentes períodos. O objetivo de avaliar a exposição aos riscos de mercado, a volatilidade, a relação entre risco e retorno e a compatibilidade dos investimentos com o perfil conservador estabelecido na Política de Investimentos de 2026. Foram apresentados os principais indicadores de risco da carteira, destacando-se o Value at Risk (VaR), de 0,55% no mês e 1,91% em 12 meses, com nível de confiança de 95%; a volatilidade, de 0,10% no mês e 0,65% em 12 meses; o

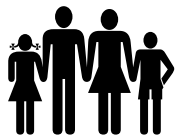


Drawdown, de 0,00% e 0,12%, respectivamente; o Índice de Sharpe, de -0,67 e -0,32; e o Índice de Treynor, de -0,12 e -0,08. Os membros observaram que os indicadores demonstram baixa volatilidade e reduzida magnitude de perdas históricas, refletindo a predominância de investimentos em renda fixa e a estabilidade da carteira. Entretanto, os resultados negativos dos Índices de Sharpe e Treynor evidenciam a necessidade de acompanhamento da eficiência da relação entre risco e retorno. Durante as discussões, foi destacada a importância do monitoramento contínuo dos riscos de mercado, crédito, liquidez e concentração, especialmente diante das incertezas macroeconômicas nacionais e internacionais e dos possíveis impactos das eleições presidenciais de 2026 sobre a volatilidade dos ativos financeiros. Após análise e discussão, os membros do Comitê manifestaram-se favoravelmente à continuidade da estratégia conservadora de investimentos, ressaltando a necessidade de acompanhamento periódico dos indicadores de risco, com reavaliação dos ativos sempre que identificadas alterações relevantes ou situações que demandem medidas preventivas. Por fim, o Comitê reafirmou que a gestão de riscos constitui instrumento essencial para a segurança dos investimentos, a preservação do patrimônio previdenciário e a sustentabilidade financeira e atuarial do IPMU, devendo orientar permanentemente as decisões de manutenção, aplicação, resgate e realocação dos recursos. **Fundos com Cota Negativa no Exercício.** No período em análise, verificou-se que o fundo de investimentos Caixa FI Ações Small Caps Ativos – CNPJ 15.154.220/0001-47, com saldo de R\$ 13.275.560,81 (1,95% do patrimônio líquido da carteira), permanece com rentabilidade negativa no exercício de 2026, ou seja, o valor da cota atual encontra-se inferior ao valor registrado na data de aquisição pelo IPMU. A performance negativa observada está associada à volatilidade dos mercados internacionais, do mercado interno, às condições macroeconômicas globais e à variação cambial. Considerando o caráter estrutural e de diversificação desse tipo de ativo, bem como a baixa representatividade na carteira, os membros do Comitê de Investimentos deliberaram pela manutenção da posição, com acompanhamento sistemático e contínuo, avaliando a possibilidade de recuperação no médio e longo prazo. Destacou-se a necessidade de monitoramento periódico, com análise da performance, do cenário macroeconômico internacional, da política monetária das principais economias e das perspectivas dos mercados acionários globais, fatores que influenciam diretamente o comportamento do fundo. **Fundos com Cota Negativa no Acumulado (Histórico).** Adicionalmente, constatou-se que o fundo Caixa FI Ações Small Caps Ativos – CNPJ 15.154.220/0001-47, com saldo de R\$ 13.275.560,81 (1,95% do patrimônio líquido da carteira), permanece com cota inferior ao valor de aquisição, caracterizando desempenho negativo no acumulado histórico da aplicação. O resultado reflete a elevada volatilidade característica do segmento de small caps, altamente sensível às condições macroeconômicas, ao ciclo de juros e à liquidez do mercado acionário. Apesar disso, observa-se que o fundo apresentou desempenho positivo no acumulado recente do exercício, indicando potencial de recuperação parcial. Diante desse contexto, o Comitê de Investimentos deliberou pela manutenção da aplicação, considerando sua função estratégica de diversificação e o potencial de valorização no horizonte de médio e longo prazo, mantendo, contudo, monitoramento contínuo e criterioso. Ressaltou-se a importância de acompanhamento técnico periódico, com avaliação da performance absoluta e relativa, análise dos fundamentos das empresas investidas, bem como das condições macroeconômicas e de mercado que impactam o segmento de renda variável. **Fundos/ Aplicações Encerradas.** No período em análise foram encerradas as aplicações nos fundos de investimentos: Caixa Brasil 2026 Títulos Públicos – CNPJ nº 56.134.800/0001-50 (R\$ 45.268.076,29) e Bradesco FIF Renda Fixa Estratégia XXVI – RL – CNPJ nº 55.969.096/0001-92 (R\$ 56.645.433,92), movimentações de encerramento integral de fundos de investimento, permanecendo a carteira estável em sua composição, em linha com a estratégia definida pelo Comitê de Investimentos. **Movimentações:** os membros do Comitê de Investimentos são informados das movimentações realizada no mês: Caixa FI Brasil Títulos Públicos Renda Fixa – CNPJ (05.164.356/0001-81 (Aplicação de R\$ 45.628.076,29) e Bradesco FI Referenciado DI Premium – CNPJ 03.399.411/0001-90 (R\$ 56.645.433,92). **Análise dos Desenquadramentos.** Foram



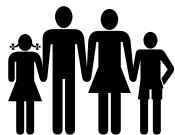
apresentados dois pontos de atenção relacionados à carteira de investimentos. Caixa Small Caps Ativo FI Ações. Foi informado que o fundo apresentava situação de desenquadramento passivo em razão da participação dos recursos provenientes de regimes próprios de previdência social em seu patrimônio líquido. Conforme o diagnóstico apresentado, essa participação ultrapassava o limite regulamentar de 50%. Diante dessa situação, foi ressaltado que o fundo permanecia impossibilitado de receber novos aportes do IPMU. O Comitê destacou a necessidade de acompanhar a evolução do patrimônio líquido do fundo e as condições necessárias para eventual regularização. Itaú Institucional FI Referenciado DI. Foi apresentada a situação do fundo Itaú Institucional FI Referenciado DI, que passou a apresentar desenquadramento passivo em razão de exposição a debêntures da empresa Raízen. Foi informado que a companhia sofreu rebaixamentos em suas classificações de risco de crédito, afetando a elegibilidade dos ativos para investimentos de RPPS. Conforme a apresentação, o fundo possuía exposição aproximada de 0,92% às debêntures da companhia. O Comitê analisou a situação, considerando que o desenquadramento ocorreu de forma passiva e que não havia necessidade de resgate imediato. Foi destacada, a importância do acompanhamento contínuo do fundo e da avaliação de alternativas que permitam reduzir a exposição ao risco de crédito privado. Entre as alternativas apresentadas, destacou-se o fundo Itaú Soberano Renda Fixa Simples, caracterizado por estratégia passiva referenciada ao CDI e sem exposição a ativos de crédito privado.

ANÁLISE DOS RESULTADOS FINANCEIROS DOS FUNDOS DE VÉRTICE 2026. Dando continuidade à pauta da reunião, os membros do Comitê de Investimentos analisaram os Relatórios Técnicos de Desempenho e Rentabilidade dos Fundos de Vértice 2026, elaborados pela Diretoria Financeira e pelo Gestor de Recursos, referentes ao encerramento dos investimentos realizados nos fundos com liquidação financeira em agosto de 2026. Processo IPMU/049/2026 – CAIXA BRASIL 2026 TÍTULOS PÚBLICOS – CNPJ nº 56.134.800/0001-50. Inicialmente, foi apresentado o relatório referente ao fundo, cuja aplicação inicial, realizada em 19/04/2024, correspondeu a R\$ 40.000.000,00. Conforme demonstrado no relatório, o investimento foi encerrado em 08/2026, apresentando os seguintes resultados: Capital inicialmente aplicado: R\$ 40.000.000,00. Total recebido, incluindo cupons de juros: R\$ 50.440.282,99. Rendimento positivo total: R\$ 10.440.282,99. Rentabilidade acumulada sobre o capital investido: 26,70%. Taxa Interna de Retorno (TIR) acumulada: 27,76%. TIR anualizada: 11,09% ao ano. Meta atuarial acumulada no período: 23,78%.. Superação da meta atuarial pela TIR acumulada: 3,98%. Foi destacado que o investimento proporcionou o recebimento de R\$ 4.812.206,70 em cupons de juros, além do valor de R\$ 45.343.179,43 correspondente à liquidação final, realizada em 18/08/2026. Os membros observaram que o resultado superou a meta atuarial ajustada ao período, embora tenha permanecido abaixo de determinados indicadores de renda fixa, especialmente CDI, IMA-S e IRF-M 1. Durante as discussões, ressaltou-se que a manutenção de taxas de juros elevadas ao longo do período favoreceu os investimentos pós-fixados e de menor duração, contribuindo para o desempenho superior desses referenciais. O Comitê destacou que o investimento cumpriu seu objetivo de superar a meta atuarial, proporcionando resultado financeiro positivo e contribuindo para a preservação e valorização dos recursos previdenciários. Processo IPMU/130/2024 – BRADESCO FIF RF ESTRATÉGIA XXVI – RL – CNPJ nº 55.969.096/0001-92. Na sequência, foi apresentado o relatório referente ao fundo cuja aplicação inicial, realizada em 19/08/2024, correspondeu a R\$ 49.540.000,00. O investimento foi encerrado em 18/08/2026, apresentando os seguintes resultados: Capital inicialmente aplicado: R\$ 49.540.000,00. Total recebido, incluindo cupons de juros: R\$ 61.282.547,59. Rendimento positivo total: R\$ 11.742.547,59. Rentabilidade acumulada sobre o capital investido: 23,70%. Taxa Interna de Retorno (TIR) acumulada: 24,84%. TIR anualizada: 11,74% ao ano. Meta atuarial acumulada no período: 19,86%. Superação da meta atuarial pela TIR acumulada: 4,98 pontos percentuais. Foi ressaltado que o investimento proporcionou o recebimento de R\$ 4.637.113,67 em cupons de juros, além do valor de R\$ 56.645.433,92 correspondente à liquidação final. Os membros observaram que o investimento superou a meta atuarial ajustada ao período, embora tenha apresentado desempenho inferior a

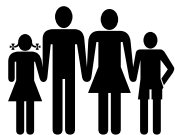


alguns indicadores de renda fixa, especialmente CDI, IMA-S e IRF-M 1. Durante a análise, foi destacado que o cenário econômico efetivamente observado apresentou taxas de juros superiores às expectativas existentes na data da aplicação inicial, favorecendo os investimentos pós-fixados e os títulos de menor sensibilidade à marcação a mercado. O Comitê reconheceu que o investimento alcançou seu objetivo atuarial, apresentando resultado financeiro positivo e contribuindo para a rentabilidade da carteira previdenciária do IPMU. Avaliação Consolidada dos Investimentos. Após a apresentação dos relatórios individuais, os membros do Comitê procederam à avaliação conjunta dos resultados financeiros dos dois fundos, destacando que os investimentos realizados em 2024 e encerrados em agosto de 2026 apresentaram os seguintes resultados consolidados. Os membros destacaram que os investimentos proporcionaram rendimento financeiro de R\$ 22.182.830,58, representando contribuição relevante para o crescimento do patrimônio previdenciário do Instituto. Foi ressaltado que ambos os fundos superaram suas respectivas metas atuariais ajustadas aos períodos de aplicação, demonstrando o cumprimento dos objetivos de rentabilidade estabelecidos para essas operações. Entretanto, o Comitê observou que a superação da meta atuarial não afasta a necessidade de avaliar o desempenho dos investimentos em relação aos demais indicadores de mercado, especialmente para o aperfeiçoamento das futuras estratégias de alocação. Concluídas as apresentações e discussões, os membros do Comitê de Investimentos destacaram a importância da elaboração dos relatórios técnicos de encerramento dos Fundos de Vértice, considerando que esses documentos permitem avaliar os resultados efetivamente alcançados, comparar o desempenho com as metas estabelecidas e verificar a eficiência das estratégias de investimento adotadas. Foi ressaltado que a análise retrospectiva das operações constitui importante instrumento de governança, transparência e aprimoramento da gestão dos recursos previdenciários, contribuindo para subsidiar futuras decisões de aplicação e realocação. Os membros também destacaram a necessidade de considerar, nas próximas decisões, a conjuntura macroeconômica, a trajetória das taxas de juros, as expectativas de inflação, os riscos de mercado, as condições de liquidez e as recomendações do Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos – ALM. Como conclusão, o Comitê reconheceu que os investimentos nos Fundos de Vértice – 2026 apresentaram resultados financeiros positivos, com superação das respectivas metas atuariais e contribuição para a valorização do patrimônio previdenciário do IPMU. Por fim, os membros ressaltaram que os resultados alcançados reforçam a importância do planejamento, da diversificação, do acompanhamento técnico e da avaliação permanente das estratégias de investimento, mantendo como prioridades a segurança, a liquidez, a rentabilidade e a sustentabilidade financeira e atuarial do Regime de Previdência Ubatuba.

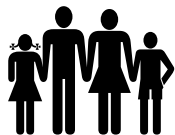
DELIBERAÇÕES DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS - DIRETRIZES ESTRATÉGICAS, GESTÃO DE RISCOS E ACOMPANHAMENTO DA CARTEIRA. Após a apresentação e análise dos relatórios técnicos elaborados pelo Gestor de Recursos do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU e pela Consultoria de Investimentos LEMA, bem como das informações referentes ao cenário econômico nacional e internacional, ao desempenho da carteira de investimentos, à evolução da rentabilidade em relação à meta atuarial, aos indicadores de risco e liquidez, aos limites de enquadramento e às diretrizes estabelecidas no Estudo de Gestão Integrada de Ativos e Passivos – Asset Liability Management (ALM), os membros do Comitê de Investimentos procederam à avaliação das estratégias de gestão dos recursos previdenciários. Durante as discussões, foi ressaltada a importância de conciliar a obtenção de rentabilidade compatível com a meta atuarial com a preservação do patrimônio previdenciário, a manutenção de níveis adequados de liquidez e a observância dos princípios de segurança, solvência, transparência, prudência e responsabilidade na administração dos investimentos. Também foi destacada a necessidade de promover o alinhamento progressivo da carteira às obrigações previdenciárias presentes e futuras do Instituto, considerando as projeções atuariais, o fluxo de pagamento dos benefícios, as condições do mercado financeiro e os limites estabelecidos na Política de Investimentos vigente. Concluídas as análises e discussões, o Comitê de Investimentos deliberou, por unanimidade, pela aprovação das seguintes medidas,



diretrizes e encaminhamentos: 1. Relatórios técnicos de investimentos. Foram aprovados os relatórios técnicos apresentados pelo Gestor de Recursos do IPMU e pela Consultoria de Investimentos LEMA, reconhecendo-se sua relevância como instrumentos de acompanhamento, avaliação e fundamentação das decisões relacionadas à gestão da carteira de investimentos. Os documentos constituem subsídios para a análise da rentabilidade, dos riscos, da liquidez, da composição patrimonial, dos limites de concentração e das oportunidades de manutenção, diversificação ou realocação dos recursos previdenciários. Ressaltou-se que a aprovação dos relatórios não representa autorização automática para novas aplicações, resgates ou movimentações financeiras, as quais deverão observar os procedimentos técnicos, administrativos e legais pertinentes. 2. Implementação gradual das estratégias previstas no ALM. O Comitê deliberou pela implementação gradual, prudente e oportunista das estratégias previstas no Plano de Ação do ALM, sem estabelecimento de obrigatoriedade de execução imediata ou integral das medidas propostas. As decisões deverão considerar as condições de mercado existentes no momento de cada operação, as taxas de remuneração disponíveis, as avaliações do Gestor de Recursos e da Consultoria de Investimentos, as projeções atuariais e as necessidades financeiras do Instituto. Foi destacado que a implementação das estratégias deverá preservar a flexibilidade da gestão, permitindo ajustes sempre que identificadas alterações relevantes nas condições econômicas, financeiras ou atuariais. 3. Manutenção do perfil conservador da carteira de investimentos. Considerando o desempenho positivo da carteira e a rentabilidade acumulada superior à meta atuarial do exercício, o Comitê deliberou pela manutenção de uma estratégia predominantemente conservadora, com concentração majoritária dos recursos em ativos de renda fixa. A orientação fundamentou-se na necessidade de preservar os resultados alcançados, limitar a exposição a segmentos de maior volatilidade e assegurar condições adequadas de segurança, liquidez e previsibilidade dos investimentos. Foi ressaltado que a eventual ampliação da exposição a ativos de maior risco deverá ser precedida de avaliação técnica específica, considerando sua contribuição para a diversificação e sua compatibilidade com a Política de Investimentos e com o perfil de risco do IPMU. 4. Estudos para aquisição direta de títulos públicos federais indexados ao IPCA. Em consonância com as diretrizes do Estudo de ALM e com os estudos desenvolvidos no âmbito do Processo Administrativo IPMU nº 123/2025, o Comitê deliberou pela priorização da análise de oportunidades de aquisição direta de títulos públicos federais indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, especialmente as Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B). A estratégia tem como finalidade avaliar alternativas de investimentos de longo prazo que possibilitem a obtenção de taxas reais de juros compatíveis com os objetivos atuariais do Instituto, promovendo maior alinhamento entre os ativos financeiros e os compromissos previdenciários futuros. Foi ressaltado que a eventual aquisição deverá considerar os prazos de vencimento, as taxas reais ofertadas, a existência ou não de pagamentos periódicos de juros, a liquidez, os critérios de contabilização e precificação aplicáveis, a possibilidade de manutenção dos títulos até o vencimento e sua aderência ao fluxo atuarial projetado. 5. Estudo técnico prévio para aquisição de títulos públicos. Ficou estabelecido que toda proposta de aquisição direta de títulos públicos federais destinada à implementação das estratégias de ALM deverá ser precedida de estudo técnico específico. A avaliação deverá contemplar a conveniência e a oportunidade da operação, as taxas reais disponíveis, a comparação com alternativas de investimento, os riscos envolvidos, o enquadramento legal, os impactos sobre a liquidez e a compatibilidade com os compromissos previdenciários. Também deverá ser considerada a capacidade financeira do Instituto de manter os títulos até os respectivos vencimentos, evitando a necessidade de alienações antecipadas em condições desfavoráveis de mercado. As propostas deverão ser devidamente documentadas e submetidas à apreciação do Comitê de Investimentos antes da adoção das providências administrativas correspondentes. 6. Plano de Ação para adequação dos limites de concentração. O Comitê deliberou pela continuidade das medidas previstas no Plano de Ação destinado à adequação da carteira aos limites de concentração estabelecidos no artigo 19, § 2º, da Resolução CMN nº



5.272/2025. Foi ressaltado que a situação de desenquadramento identificada deverá permanecer sob acompanhamento técnico, considerando seu caráter passivo, transitório e passível de regularização mediante medidas planejadas. A estratégia de adequação deverá observar as condições de mercado, os prazos necessários à execução das medidas, os possíveis impactos financeiros e a preservação dos interesses previdenciários do Instituto. O acompanhamento deverá ser realizado de forma sistemática, com registro das providências adotadas, da evolução dos indicadores e das medidas necessárias à regularização progressiva da carteira. 7. Utilização dos recursos do Fundo Santander Renda Fixa Títulos Públicos para pagamento de benefícios. Foi deliberada a utilização dos recursos aplicados no fundo Santander Renda Fixa Títulos Públicos para atendimento das necessidades financeiras relacionadas à folha de pagamento dos aposentados e pensionistas do IPMU. A medida tem como objetivo assegurar disponibilidade financeira adequada para o cumprimento das obrigações previdenciárias, preservando a regularidade dos pagamentos e a previsibilidade dos fluxos de caixa. Foi destacada a importância de manter investimentos com liquidez compatível com as despesas previdenciárias recorrentes, de modo a evitar resgates antecipados de aplicações de longo prazo ou movimentações que possam comprometer a estratégia de investimentos do Instituto. Os resgates deverão observar os valores efetivamente necessários, o cronograma de pagamento dos benefícios e os procedimentos administrativos aplicáveis. 8. Manutenção da estratégia de investimentos no exterior. Considerando a volatilidade dos mercados internacionais, as incertezas relacionadas à política monetária das principais economias e os riscos geopolíticos, o Comitê deliberou pela manutenção das posições existentes no segmento de investimentos no exterior, sem realização de novas alocações no curto prazo. Foi ressaltado que a exposição internacional deverá continuar sendo acompanhada quanto à rentabilidade, aos riscos de mercado, às oscilações cambiais e à contribuição para a diversificação da carteira. Eventual alteração da estratégia dependerá de nova avaliação das condições econômicas e financeiras, observados os limites da Política de Investimentos. 9. Manutenção das demais posições da carteira. O Comitê deliberou pela manutenção das demais posições da carteira de investimentos, sem alterações imediatas, ressalvadas as movimentações expressamente previstas nas deliberações da reunião e aquelas necessárias ao cumprimento das obrigações previdenciárias. A decisão considerou o desempenho dos investimentos, a evolução da rentabilidade acumulada, a situação dos indicadores de risco e as condições do mercado financeiro. Foi destacado que a manutenção das posições não afasta a necessidade de acompanhamento permanente dos fundos e de reavaliação das estratégias sempre que identificadas alterações relevantes. 10. Acompanhamento das situações de desenquadramento. Foi deliberada a manutenção do acompanhamento específico das situações de desenquadramento identificadas na carteira de investimentos, com adoção das medidas técnicas e administrativas cabíveis. O monitoramento deverá considerar a origem de cada situação, sua natureza ativa ou passiva, os riscos associados, as alternativas de regularização e os eventuais impactos financeiros decorrentes de movimentações destinadas à adequação. As providências deverão ser fundamentadas em análises técnicas e devidamente registradas nos processos administrativos correspondentes. **ACOMPANHAMENTO DA REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA E DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE. Processo IPMU/120/2026 - Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) e Extrato Previdenciário.** Finalizando a pauta da reunião, os membros do Comitê de Investimentos procederam à análise e ao acompanhamento da situação de regularidade previdenciária do IPMU, com destaque para o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), com validade de 9 de setembro de 2026 a 8 de março de 2027, e para o Extrato Previdenciário referente à competência de setembro de 2026. Durante as discussões, foi ressaltado que o CRP constitui instrumento essencial de comprovação do cumprimento das exigências legais e regulamentares aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social, sendo sua manutenção indispensável para a regularidade institucional do Município. Os membros destacaram, ainda, a importância do acompanhamento periódico do Extrato Previdenciário, que permite identificar eventuais pendências, monitorar o cumprimento das obrigações previdenciárias e subsidiar a adoção



Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU

Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Ubatuba

tempestiva de medidas preventivas e corretivas, contribuindo para a manutenção da regularidade do Instituto. **Processo IPMU/105/2026 - Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) - Auditoria do Balanço de 2025.** Na sequência, os membros tomaram conhecimento das informações relacionadas ao Relatório de Auditoria do Balanço de 2025, no âmbito da fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCESP. Foi destacada a importância do acompanhamento das ações de fiscalização e das recomendações dos órgãos de controle externo, especialmente quanto à regularidade dos registros contábeis, à transparência das informações, à consistência dos demonstrativos financeiros e ao aprimoramento dos mecanismos de governança e controle interno. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos da reunião, sendo determinada a lavratura da presente ata, que, após lida e considerada conforme, será submetida à assinatura dos membros participantes, para os devidos registros e providências administrativas.

Fernando Augusto Matsumoto

Diretor Financeiro IPMU
CPRPPS CGINV I

Flávio Bellard Gomes

Membro Comitê de Investimentos
CP RPPS CGINV I

Lucas Gustavo Ferreira Castanho

Membro Comitê de Investimentos
Certificação - CGRPPS
CP RPPS CGINV I
CP RPPS CGINV II

Sirleide da Silva

Presidente do IPMU
CP RPPS CGINV II
CP RPPS CGINV III

Marcelo da Cruz Lima

Membro Comitê de Investimentos
Certificação - Anbima CPA 10
CP RPPS CGINV I
CP RPPS CGINV II

Wellington Diniz

Gestor de Investimentos
Certificação - Anbima CPA 20
CP RPPS CGINV II

Antonio Marques de Oliveira

Diretor Administrativo
CP RPPS CGINV I